



José Gabriel Ávila *

A política dos popós

O Governo, como se fosse delegado da União Europeia no arquipélago, tem-se multiplicado em apresentar, em cerimónias protocolares, as novas viaturas elétricas destinadas ao setor da Saúde e da Segurança Social, adquiridas com verbas do PRR.

Desses insignificantes eventos o executivo tem aproveitado para a propaganda política, como se estivessemos em época de eleições (ou talvez sim?), anunciando futuras decisões para as quais não há qualquer certeza e obliterando outras da máxima urgência e há muito aguardadas. Refiro-me ao desejo manifestado por J.M. Bolieiro de lançar, até ao final do ano, a concurso a construção do futuro Centro de Saúde das Lajes do Pico e ao lançamento da empreitada das obras de Ampliação da Pista do Pico, cujo processo parece propositalmente retardado para análise, após relatório final da Comissão nomeada pelo Governo, com a participação de membros seus.

Há silêncios significativos e indesejáveis, quando toda uma população e os seus representantes eleitos defendem a realização de um projeto declaradamente prioritário e há anúncios de decisões que são adiadas “sine die” e evidentemente silenciadas por razões que a razão e o senso comum não compreendem.

Bolieiro, na apresentação das viaturas destinadas à Unidade de Saúde da Ilha do Pico (USIP), na Madalena, falou das perigosas situações que se registam em dois troços da Estrada Regional entre Pontas Negras e Sta Cruz das Ribeiras.

Em meu entender, devia tê-lo feito, acompanhado por técnicos e representantes das autarquias locais, após uma visita a uma das situações mais perigosas, para entender melhor o problema e dar-lhe solução. Não o fez. Preferiu primeiro ouvir os Presidentes das três Câmaras do Pico, num gesto supostamente democrático e sem qualquer valor e não tomar qualquer decisão. Adiou-a.

No entanto, pergunto: não é o Governo o responsável pela manutenção das estradas regionais? Não é o Governo que está a efetuar obras de recuperação do troço acidentado? Com que fundamentos técnicos e científicos, com base em que projeto que garante que outras derrocadas não vão repetir-se na zona e que o trânsito possa circular?

A opinião pública picoense foi alertada pela entrevista do “Ilha Maior” à engenheira geotécnica Marta Lopes da Silva. Segundo ela, existe “o risco iminente de um colapso maciço estrutural que intersele diretamente a via num momento de tráfego. (...) a terra ali não é inerte. Falamos de escarpas basálticas e materiais piroclásticos sobrepostos que sofrem fadiga mecânica contínua devido à infiltração de águas pluviais, ciclos de dilatação térmica e vibrações do próprio tráfego pesado. A instabilidade está latente; o gatilho para um desabamento trágico pode ser uma noite de chuva mais intensa.” E acrescenta: “há razões científicas para acreditar que a estrutura atingiu o seu limite de fadiga. Se nada for feito imediatamente, estamos perante uma contagem decrescente que pode estar por dias para um desastre de grandes proporções, mesmo num dia de sol, por mero colapso gravítico acumulado. Passar nas Ribeiras ou nas Lajes hoje é uma roleta russa.”

O problema é sério demais para ser esquecido, menosprezado e adiado. Bolieiro sabe-o bem, por advertência de Marta L.Silva: “Se o senhor presidente José Manuel Bolieiro tem relatórios técnicos na gaveta, alertas na imprensa e manifestos de engenheiros sobre o risco de derrocadas nas Ribeiras e nas Lajes, e decide, ainda assim, desviar os recursos financeiros para outras áreas, ele está a fazer uma escolha consciente. Deixa de ser um imprevisto natural; passa a ser uma omissão política com consequências civis e criminais no dia em que o talude colapsar sobre alguém.”

É por tudo isto que existe insatisfação e descrédito na população do sul da ilha do Pico, ao ver-se confrontada com perigos eminentes e constantes, com paredões de duvidosa segurança e garantia para os veículos.

A proposta da engenheira geotécnica para “a realização de um levantamento tridimensional por scanner laser ou drone para identificar blocos instáveis (purgar a encosta); segundo, a instalação urgente de redes de alta resistência dinâmica e pregagens nas zonas de fratura ativa; terceiro, a implementação de sinalização rodoviária de alerta específico com sensores de humidade e pluviosidade” é um contributo importante, de realização urgente.

Competência, decisão e eficácia são qualidades que qualquer gestor público e privado devem possuir para o bom desempenho da função que ocupam.

Tratando-se de responsabilidades públicas, o escrutínio é a melhor forma de incentivar e de proteger a dignidade dos cargos. E quando são os cidadãos e os jornalistas a fazê-lo, é sinal de que a comunidade se interessa pelo seu bem-estar coletivo, a liberdade “está passando por aqui” e o futuro será certamente melhor para todos.

A democracia é isto e a Autonomia é uma das formas de auto-governo dos povos.

Em ano de celebração autonómica, novas ideias de modernização do sistema político e governativo tem andado muito afastadas da reflexão e das iniciativas oficiais.

Fica-se com a sensação de que os senhores do mando não pretendem mudar nada: nem na forma de governar, nem no processo de desenvolvimento, nem na adaptação às novas alterações resultantes do uso da Inteligência Artificial no emprego, na formação e educação e na integração inter-geracional, nem no discurso, nem no necessário envolvimento das populações.

Este é um tempo de férias. De parar para descansar e pensar em novos processos de agir individual e coletivamente.

Aos líderes políticos mais do que ir a banhos, exige-se capacidade e vontade para adotarem novas atitudes menos egocéntricas e mais abertas aos outros para que os cidadãos acreditem que os seus discursos por vezes inócuos mas inflamados visam a defesa do bem-comum.

